

[CCJ do Senado vota pela derrubada do decreto das armas do governo Bolsonaro](#)

Por 15 votos a nove, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado rejeitou, nesta quarta-feira (12/6), o parecer a favor do decreto que facilita a posse e o porte de armas, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Agora, o tema deverá passar pelo plenário do Senado e pela Câmara. Há um requerimento de urgência para que as propostas sejam apreciadas ainda hoje na casa.

[\(ConJur, 12/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O relatório rejeitado era do senador Marcos do Val (Cidadania-ES), que era favorável ao ato presidencial por entender que o decreto foi feito dentro da lei e é eficaz à segurança pública. Para Marcos do Val, somente um “cidadão de bem armado” tem condição de impedir um “cidadão do mal armado”.

Decreto Facilitador

Em maio, o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto facilitando o porte de armas de fogo para 19 categorias, entre elas políticos, caminhoneiros e moradores de área rural.

Duas semanas depois, ele alterou o documento com uma série de modificações determinando que somente profissionais que exerçam atividades profissionais consideradas “de risco”, podendo ser vítimas de delito ou sob grave ameaça, poderão portar armas. Pelo texto, também será preciso comprovar a efetiva necessidade do porte.

Gabriela Coelho

[Ibope: 73% são contra a flexibilização do porte de armas e 26% são a favor](#)

37% dos brasileiros são favoráveis às novas regras para possuir arma de fogo em casa; 61% são contrários. Pesquisa foi feita entre 16 e 19 de março. A margem de erro é de 2 pontos para mais ou para menos.

[\(G1, 03/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Uma pesquisa do Ibope realizada em março, após o primeiro decreto do presidente Jair Bolsonaro que flexibilizou a posse de armas, diz que 73% dos entrevistados são contrários à flexibilização de porte para cidadãos comuns e 26% são favoráveis. 1% não souberam ou não responderam. O direito ao porte é a autorização para transportar a arma fora de casa.

Os entrevistados também foram questionados sobre a posse de armas: 61% são contrários a mais facilidade para possuir arma em casa; 37% são favoráveis e 2% não souberam ou não responderam.

Em cinco meses de governo, Bolsonaro cumpriu promessa de campanha e editou três decretos sobre armas:

- [1º decreto](#): novas regras sobre posse (publicado em 15 de janeiro)
- [2º decreto](#): novas normas sobre porte e compra de munições (publicado em 8 de maio)
- [3º decreto](#): governo muda pontos que foram questionados na Justiça (publicado em 22 de maio)

A pesquisa do Ibope foi realizada entre 16 e 19 de março, antes de dois decretos editados pelo governo com foco no porte de armas. Foram ouvidas 2.002 pessoas em 143 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

A opinião sobre a flexibilização da posse varia de acordo com a região do país, e entre homens e mulheres. Na região Sul, o apoio à medida é maior:

- 48% - Sul
- 43% - Norte/Centro-Oeste
- 35% - Sudeste
- 33% - Nordeste

O afrouxamento da posse de armas tem maior apoio entre os homens:

- 50% - homens
- 27% - mulheres

Já sobre a flexibilização do porte de arma de fogo, 73% se declararam contra e 26% a favor. Entre os homens, o apoio à flexibilização é maior:

- 34% - homens
- 18% - mulheres

Sobre a flexibilização do porte por região:

- 34% - Norte/Centro-Oeste
- 29% - Sul
- 27% - Nordeste
- 22% - Sudeste

A pesquisa Ibope diz ainda que 51% da população discorda da afirmação de que o aumento de pessoas armadas torna a sociedade mais segura. Além disso, 37% discordam da ideia de que ter uma arma em casa a torna mais segura; por outro lado, 31% afirmaram ter total convicção de que a casa fica mais segura com arma.

No caso do porte, 47% discordaram totalmente que carregar uma arma deixa a pessoa mais segura, e outros 18% discordaram em parte.

Decretos sobre armas

Em janeiro, Bolsonaro assinou um decreto que facilitou a posse de armas: a [Polícia Federal deveria presumir como verdadeira a declaração de “efetiva necessidade”](#) para o cidadão que quiser ter arma em casa. Na prática, essa declaração estaria comprovada para qualquer pessoa que cumprisse os demais requisitos. O texto manteve como exigências a idade acima de 25 anos, além da apresentação de atestado de aptidão técnica, laudo psicológico e certidão de antecedentes criminais.

O decreto de 8 de maio revogou o de janeiro e, além das regras para posse, incluiu novas normas para porte de armas. Sobre porte, o texto diz que, para algumas categorias, como políticos, advogado, caminhoneiro, agente de trânsito e residente em área de rural, a PF deve entender como cumprida a comprovação de “efetiva necessidade” para andar com arma fora de casa; [entenda](#).

O texto do início de maio também classificou como de uso permitido armas que antes eram restritas a forças de segurança, inclusive fuzis.

Em 22 de maio, o governo recuou e [alterou o decreto anterior](#), vetando o porte de fuzis, carabinas ou espingardas para cidadãos comuns. Mas manteve a facilitação do porte para uma série de profissionais, incluindo agora o guarda portuário.

[Mulheres ameaçadas: com o ‘liberou geral’ das armas, crimes de feminicídio podem virar epidemia, por Ricardo Kotscho](#)

É raro o dia em que os telejornais não noticiem um ou mais crimes de feminicídio.

[\(Brasil 247, 10/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Na quinta-feira, o portal G1 registrou mais um caso dessa matança de mulheres que já virou rotina:

“Uma mulher de 22 anos morreu no hospital após ser baleada pelo namorado em Seberi, no norte do Rio Grande do Sul, conforme a polícia civil. Maiara Dondoni estava na casa de uma amiga, na tarde de segunda, quando Sirineu Albânio, 36 anos, a procurou para sair, mas ela não aceitou”.

O que pode acontecer agora que a posse e o porte de armas foram liberados pelo governo do Capitão Bolsonaro e quase todo mundo poderá ter uma arma em casa?

Para responder a essa pergunta, pedi um relato a quem entende do assunto: a jornalista e escritora Marisa Marega, uma velha amiga, que é uma das ativistas mais empenhadas no combate à violência doméstica.

Se nada for feito, com urgência, se esta barbaridade da ofensiva armamentista do governo não for impedida pelo Legislativo e pelo Judiciário, corremos o risco de sofrer uma nova epidemia social: a matança generalizada de mulheres que desobedecerem a seus valentes maridos ou companheiros, como aconteceu com Maiara Dondoni.

Leiam abaixo o dramático depoimento de Marisa Marega.

O feminicídio avança. Uma mulher morre a cada duas horas no Brasil.

Traduzindo essa realidade para dados da ONU, o Brasil lamentavelmente é o quinto país do planeta onde morrem mais mulheres assassinadas.

Segundo a Organização das Nações Unidas, os outros são de El Salvador, Colômbia, Guatemala, Rússia. Não por acaso, países onde o machismo, o poder hierárquico e a relação desigual entre homens e mulheres dominam na sociedade.

E os números da violência contra a mulher seguem num crescendo. De um lado, porque as vítimas agora denunciam mais; de outro, porque os “machos” não toleram a separação. E, como agravante, nós temos a proteção do Planalto com o discurso armamentista.

Em São Paulo, os casos de feminicídio – quando a mulher é vítima só por ser mulher – aumentaram 76% no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso significa 37 mortes.

O Monitor da Violência publicado pelo G1 aponta que oito em dez dos casos aconteceram dentro das residências, onde as mulheres deviam estar mais protegidas.

No Rio de Janeiro, não é diferente. O Instituto de Segurança Pública, que divulga anualmente o Dossiê Mulher, mostra que 71 mulheres foram vítimas de feminicídio naquele estado em 2018.

Mais da metade dos crimes foram cometidos por companheiros ou ex- companheiros. Mas 71 são apenas as vítimas qualificadas como feminicídio já que, no total, 350 mulheres foram assassinadas, 120 dentro de suas casas.

Por que temos essa realidade?

Os especialistas apontam a falta de políticas públicas voltadas para mulheres, de qualificação no judiciário, nas polícias, na saúde, na educação _ enfim, um cipoal de carências.

Mas o país já avançou. Dona Ruth Cardoso, no governo Fernando Henrique, tão logo tomou posse como primeira dama, levou para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em Brasília, sua companheiras feministas que havia anos lutavam pela questão de gênero e foram, em 2013, a base da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Depois, em 2006, no governo Lula, veio a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, de acordo com a Constituição Federal.

Maria da Penha, que deu nome à Lei, é a farmacêutica bioquímica que o marido tentou assassinar duas vezes: uma com um tiro nas costas, que a deixou numa cadeira de rodas, e

outra quando tentou eletrocutá-la no banho.

Ela lutou durante 19 anos por justiça, até que, em 2002, o agressor foi para a cadeia, onde cumpriu apenas 16 meses em regime fechado e depois foi para o semi-aberto.

Hoje, Maria da Penha dirige um instituto que leva seu nome e dá palestras para alertar sobre a violência contra a mulher. No Ceará, o Instituto Maria da Penha usa o cordel, sob a direção do músico Tião Simpatia, para levar às escolas um programa de conscientização dos jovens sobre a violência doméstica.

No governo Dilma Rousseff, outro progresso. Foi criado o programa “Mulher, viver sem violência” que prevê, entre outros recursos, a criação da Casa da Mulher Brasileira em cada estado.

Ali, a vítima tem, no mesmo local, atendimento médico para exame de corpo de delito, delegado, assistente social, psicólogo, ministério público, defensoria pública, promoção da autonomia econômica, alojamento de passagem e brinquedoteca.

O governo federal cede o terreno e banca a construção, via Banco do Brasil, e estados e municípios são responsáveis pelo funcionamento. Passados seis anos, dos 27 estados, as Casas da Mulher Brasileira funcionam apenas em Campo Grande, Curitiba, São Luiz, Fortaleza e Boa Vista.

Em São Paulo, é uma vergonha. A casa está pronta há dois anos, mas o governo estadual e a prefeitura município não se entendem sobre o seu funcionamento. No Distrito Federal, a casa foi inaugurada, mas teve que ser fechada para reformas e agora funciona precariamente.

O descaso dos governos em todos os níveis é generalizado, enquanto o número de feminicídios só faz aumentar.

Como se sabe, sempre pode piorar. E foi o que aconteceu. Em abril, a ministra Damares Alves disse na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados que “manter a Casa da Mulher pelo ministério é impossível”.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro simplesmente lavou as mãos, feito Pilatos. Instado, desde o dia 3 de maio, a informar quantas Casas da Mulher Brasileira estão em funcionamento, o ministério não me respondeu.

Resumo da tragédia: ninguém se responsabiliza pelas trágicas mortes de mulheres. Para dar uma idéia da gravidade da situação, a jornalista Mariana Kotscho montou um grupo no facebook (endereço no pé da matéria) de apoio às vítimas de violência doméstica, que nós duas coordenamos, e nele já estão inscritas quase 2.500 mulheres em situação de vulnerabilidade total.

Ninguém sabe a quem recorrer no sufoco, como pedir socorro ou deixar a residência com vida. Em muitos estados, as vítimas dizem que ligam para o 180 e não recebem a resposta para o que precisam. Outras, narram até que o número não funciona.

A ausência do poder público é generalizada. Exceto algumas iniciativas do Ministério Público, em alguns estados, e das Guardas Municipais, em poucas cidades, o que existe é um vazio.

A solução apontada por especialistas é que a questão da violência contra a mulher seja tratada como uma política de estado e não de governos. Só assim, teremos ações planejadas e continuadas que não dependem do governante de plantão.

Em paralelo, é necessário ampliar iniciativas de empresas como Avon e Magazine Luiza, que trabalham a questão da violência com seus funcionários no local de trabalho, além de capacitar os jovens nas escolas para entender o problema e funcionar como multiplicadores de uma cultura de paz.

Para finalizar, devemos destacar a importância de envolver toda a sociedade através de campanhas nas mídias que funcionem como um alerta. O machismo mata e cada cidadão pode com a sua atitude evitar assassinatos de mulheres.

Neste momento, com a liberação das armas pelo governo de Jair Bolsonaro, entidades como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto Maria da Penha e a Agência Patrícia Galvão, que investigam a violência contra a mulher, são unânimes em projetar que a situação só vai se agravar.

A arma dentro de casa será a ferramenta ideal que os machões usarão para cometer o feminicídio “num surto”, “sob violenta emoção”.

E aí fica a pergunta: já que o Estado se omitiu e ainda agravou a situação com a liberação das armas, o que você sugere para salvar a vida das mulheres ameaçadas?

Facebook: Violência doméstica- Grupo de apoio

https://www.facebook.com/groups/1741293742823826/2465906630362530/?comment_id=2466034777016382¬if_id=1557417991070766¬if_t=group_comment_reply

Coordenadoras: Mariana Kotscho e Marisa Marega

Telefone para denúncias: 180

Ricardo Kotscho é jornalista e integra o Jornalistas pela Democracia

Porte de arma de fogo por jornalistas gera risco aos profissionais, aponta Abraji

Jornalistas que atuem em cobertura de assuntos policiais poderão portar arma de fogo, segundo o [Decreto 9.785/2019](#), publicado no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (8.mai.2019). Por considerar que a medida gera o risco de transformar repórteres em alvo de violência, a Abraji defende a revogação do trecho do decreto que se refere especificamente a profissionais de imprensa.

[\(Abraji, 08/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nos 16 anos em que a Abraji oferece treinamentos de segurança a jornalistas em parceria com organizações internacionais como o International News Safety Institute (INSI), o porte de armas jamais foi apresentado como forma de proteção.

Há ações mais indicadas para aumentar a segurança de quem se arrisca para informar a população, como a estruturação adequada do [Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Ambientalistas e Comunicadores](#).

Repórteres experientes alertaram para o risco trazido pelo decreto. “Com uma canetada, Bolsonaro transformou repórteres em alvo dos bandidos”, [escreveu](#) Fernando Molica, ex-diretor da Abraji. Para Molica, cria-se a expectativa de que jornalistas podem atirar e, por isso, devem ser alvejados antes.

Carlos Wagner, jornalista com mais de 30 anos de carreira homenageado pela Abraji em 2017, considera que armar um jornalista não o deixa mais seguro. “Já viajei por todo o país e sei que há regiões onde trabalhar como repórter é uma sentença de morte, mas não é uma arma na mão que irá resolver a situação”, disse. “A única arma que um jornalista deve carregar é a caneta.”

Diretoria da Abraji, 8 de maio de 2019.

[Especialistas criticam declaração de Carlos Bolsonaro sobre Elaine Caparróz, espancada na Barra](#)

Filho do presidente disse que se a vítima tivesse uma arma resolveria o problema

[\(O Globo, 19/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Especialistas em segurança pública criticaram a manifestação do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, sobre o caso da empresária Elaine Caparróz, de 55 anos, espancada por quatro horas por um agressor que conheceu pela internet. Carlos [disse nas redes sociais que se a vítima tivesse uma arma em casa poderia ter evitado a agressão](#) .

Se esta senhora tivesse como se defender, e fosse de sua vontade, uma arma de fogo legal resolveria justamente este absurdo. Imagine as sequelas eternas deixadas por esse covarde? A defesa pessoal dentro de sua casa têm que ser prioridade urgente do Congresso Nacional. pic.twitter.com/DalWrlvqlg

— Carlos Bolsonaro (@CarlosBolsonaro) [19 de fevereiro de 2019](#)

— É uma afirmação simplória. Se ela tivesse uma arma, ela poderia morrer na mão do cara — avalia o coronel José Vicente, ex-secretário nacional de Segurança Pública. — Se essa arma estivesse visível por ali e, esse indivíduo, com a disposição insana que estava, poderia ter matado a mulher. Era o mais provável — acrescenta.

Vicente lembra que, pelo relato de Elaine, as agressões tiveram início enquanto ela dormia. — Ela teria que dormir com arma debaixo do travesseiro para tentar pegá-la quando começou a ser agredida.

O coronel ainda destaca que, em geral, as pessoas não possuem preparo emocional para utilizar a arma, mesmo quando fazem cursos de tiro.

— Eu sempre coloco: a pessoa (vítima) está preparada para matar alguém, alguém do seu relacionamento? Não é uma coisa tão simples assim.

Professor da Universidade Brasília e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Arthur Trindade, concorda com a avaliação do coronel.

— Se tivesse a arma, ele poderia tê-la matado. Ela estava dormindo, acordou com o espancamento. Como conseguiria pegar a arma?

Trindade afirma que os casos em que a vítima tem êxito ao reagir são “raríssimos”.

— Estatisticamente não acontece.

Em janeiro, o GLOBO mostrou que na comunidade científica existe quase um consenso que o aumento do número de armas em circulação provoca aumento dos crimes. Professor do Insper e da Unicamp, Thomas Conti é autor de “Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes”.

No seu trabalho, Conti reuniu os estudos mais recentes e relevantes sobre a relação entre acesso a armas de fogo e a taxa de crimes. O resultado aponta uma clara direção nas pesquisas da área: 90% constatam que mais armas geram mais crimes.

Sérgio Roxo